

CAPA

# A VITÓRIA DO "NÃO" ERRADO

NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, O POVO BRASILEIRO, COM VOTOS VÁLIDOS, NULOS E EM BRANCO, PREMIA QUEM O PUNE, COMO VÍTIMA ÚNICA, EMBORA CONDENE AO MESMO TEMPO O BRASIL

por RENAN TRUFFI

**A** opção de quase 11 milhões de pessoas de votar nulo, em branco ou simplesmente não comparecer às urnas no segundo turno das eleições municipais de 2016 pode ser o preâmbulo de um período de retrocessos que deve marcar a história brasileira. Um em cada três eleitores aptos a votar optou pelo chamado "não voto". A passividade nas urnas deve ser interpretada como um sinal verde para que a classe dominante coloque em prática planos e reformas que punam a maioria pobre impunemente. O povo brasileiro, por ora, não entende que a vítima é ele mesmo, sacrificado.

O impacto imediato da apatia do eleitorado brasileiro já é evidente. A rejeição ao processo político fortaleceu, principalmente, os candidatos da reação em

estado puro. O maior vencedor das eleições foi o PSDB, que vai controlar 803 cidades, atrás apenas do PMDB, que venceu em 1.038 municípios. Ainda que estejam em segundo lugar em números absolutos, os tucanos conquistaram as cidades mais importantes. A legenda de Geraldo Alckmin, Aécio Neves e José Serra controlará, a partir de 2017, 28 dos 92 municípios com mais de 200 mil habitantes do Brasil. Na prática, o partido vai comandar 23,7% da população brasileira, o que representa cerca de 34 milhões de pessoas. Também é do PSDB o maior número de capitais: sete no total.

O fenômeno deu força também aos candidatos de partidos novos, sem ideologia ou representação clara de algum segmento da população. Alguns desses prefeitos eleitos não fingiram nem ao menos ter interesse em governar para aqueles que mais necessitam. Antes de ser eleito prefeito de Curitiba no segundo turno, Rafael Greca

(PMN) disse publicamente que não era São Francisco de Assis para cuidar de pobres e que vomitou quando tentou ajudar um. A declaração o fez cair nas pesquisas imediatamente. Mas, como quase um terço dos eleitores não foi às urnas ou votou nulo tanto no primeiro quanto no segundo turno na capital paranaense, Greca acabou escolhido mandatário da cidade. Em sua primeira entrevista após o resultado, ele cantarolou a música de Chapeuzinho Vermelho para não ter de responder ao questionamento de um jornalista.

A rejeição ao processo político propiciou ainda que candidatos que nunca tinham disputado votos ganhassem três capitais: João Doria (PSDB) em São Paulo, Alexandre Kalil (PHS) em Belo Horizonte e Dr. Hildon (PSDB) em Porto Velho. Para William Nozaki, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP), a crise que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff



O eleitorado prestou-se ao jogo dos golpistas no poder. Vencem PMDB e PSDB, mas os tucanos saem do pleito muito favorecidos e Eliseu Padilha (ao lado de Temer), celebra a falta de memória do povo brasileiro, enquanto Rafael Greca informa não ser São Francisco de Assis e ter vomitado ao ajudar um pobre

**PSDB**   
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA



## CAPA

alterou também a lógica do "não voto", antes restrito a setores da classe média de centros urbanos, e contaminou a periferia e o interior do País.

O desânimo em relação às urnas parece ser o mesmo que desestimula movimentos sociais e sindicatos. Há algumas semanas, representantes dos trabalhadores tentam, sem sucesso, convocar uma greve geral que tenha adesão suficiente, mas esbarram na baixa mobilização. A Central Única dos Trabalhadores marcou uma tentativa para 11 de novembro, desde já, entretanto, militantes admitem que a data pode funcionar mais como preparatório de outro levante, previsto para o fim do mês.

**E**nquanto isso, os minoritários movimentos que conseguem organizar algum tipo de protesto são sufocados pelo Estado. Esse é exatamente o caso dos estudantes secundaristas. Aproximadamente, um mês depois de ocuparem a primeira escola no Paraná, contra a reforma do ensino médio e a PEC 241, os adolescentes enfrentam uma série de reintegrações de posse e veem minguar parte das ocupações feitas pelo Brasil. Em um dos casos, no Distrito Federal, um juiz autorizou que a Polícia Militar utilizasse táticas de tortura, como corte de abastecimento de água e energia elétrica da escola para forçar a sua desocupação.

Apesar da vitória da direita, Nozaki avalia que os conservadores não receberam aval para seus projetos políticos. "O resultado dessa eleição é um sinal amarelo que se acende para todas as forças políticas. Tanto para a esquerda, que foi rechaçada, quanto para os liberais ou conservadores, que venceram, mas não receberam um cheque em branco."

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, o resultado fortaleceu a base aliada e "sepultou" o discurso de golpe parlamentar. Padilha ainda



## O MINISTRO DA FAZENDA, HENRIQUE MEIRELLES, HOMEM PARA TODAS AS ESTAÇÕES, É A VERSÃO NATIVA DO ANTI-KEYNESIANISMO

conseguiu enxergar na eleição do "não voto" um sinal de que a sociedade reconhece a importância da responsabilidade fiscal. "Não há mais espaço para medidas irresponsáveis na área econômica, e os novos prefeitos, nossos aliados, sabem disso. Recuperar o País é o melhor caminho para ajudar governadores e prefeitos", afirmou à imprensa.

A declaração revela que a crise de representatividade e até mesmo o silêncio dos movimentos nas ruas abrem caminho para a consolidação de um cenário preocupante para as camadas populares em três principais aspectos: a efetivação do Estado mínimo, por meio do congelamento de gastos com saúde e educação pelos próximos 20 anos, a consolidação de uma



A professora Maria Lucia Fattorelli alerta: "O que está quebrando o Brasil é a política monetária suicida do Banco Central". Felipe Rezende acrescenta que o País passa a integrar um time formado por Bangladesh, Congo, Guatemala, Irã, Madagáscar, Nigéria, Sudão e Turcomenistão, graças à política econômica imposta pelo governo Temer

reforma trabalhista feita pelo Judiciário e à revelia dos representantes dos brasileiros no Congresso Nacional, e a realização de uma reforma previdenciária que vai exigir mais tempo de trabalho das classes populares para a aposentadoria.

São esses os resultados práticos das eleições 2016 e que devem se tornar realidade em breve. Já há até data marcada: 13 de dezembro. Se tudo correr de acordo com o cronograma aprovado pelos líderes dos partidos, esse será o dia em que o Congresso Nacional aprovará a PEC 241, desenhada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e agora chamada de PEC 55 no Senado. De acordo com o texto que tramita na Casa, os gastos do governo federal com saúde e educação serão definidos de acordo com a taxa de crescimento da inflação do ano anterior. Isso quer dizer que em 2018, por exemplo, o Brasil vai destinar para hospitais e escolas, entre outros equipamentos públicos, apenas o que já foi gasto no ano anterior, mais a diferença da inflação. Segundo economistas, com isso, a tendência é de que a verba investida nessas duas áreas fique congelada pelas próximas duas décadas, tempo de vigência da proposta.

O problema é que, além de o Brasil já sofrer com a situação precária da educação e da saúde pública por conta do baixo investimento, a Organização das Nações Unidas estima que a população brasileira terá quase 21 milhões de pessoas a mais em 2030, segundo relatório



divulgado em 2015. Quer dizer que as duas áreas mais importantes para os brasileiros, segundo pesquisas, receberão durante todo esse período a mesma quantidade de verba à disposição hoje, mas com uma população ainda maior.

**D**e acordo com o economista Pedro Rossi, da **Universidade de Campinas** (Unicamp), a PEC vai reduzir o gasto social brasileiro, que hoje está em 20% do Produto Interno Bruto, para cerca de 13% em 2036. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, em comparação com estatísticas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, alguns dos países que investem uma taxa menor que 16% do PIB em gasto social, atualmente, são Bangladesh, Congo, Guatemala, Irã, Madagáscar,

Nigéria, Sudão e Turcomenistão, entre outros do mesmo porte e importância.

Esse é o time do qual o Brasil fará parte com a proposta do governo Temer, segundo conclusão do economista brasileiro Felipe Rezende, professor da faculdade Hobart and William Smith Colleges, dos Estados Unidos. Nesse cenário não é exagero dizer que os serviços públicos oferecidos pelo governo tenderão a ser similares, em qualidade e em alcance, aos dos demais do grupo seletivo.

A proposta é, inclusive, criticada pelo Conselho Federal de Economia. De acordo com os representantes da entidade, o congelamento sacrificará os mais pobres ao afetar serviços públicos como saúde, educação e assistência social, áreas que no presente ajudam a promover um mínimo de proteção social e igualdade e que no futuro terão menos recursos.

Um dos principais objetivos da PEC 241 é garantir "previsibilidade" ao mercado financeiro, de forma que o governo consiga passar segurança de que pagará os juros da dívida pública brasileira. Em setembro, o governo brasileiro gastou cerca 30 bilhões de reais apenas com essa despesa. "O governo está fazendo, junto à grande mídia, um verdadeiro terrorismo de que, se essa PEC não for aprovada, o Brasil vai quebrar. Isso não é verdade. O que está quebrando o Brasil é a política monetária suicida praticada pelo Banco Central. Todo ano, centenas de bilhões de reais, centenas de bilhões, é bom sublinhar, estão sangrando o orçamento público para pagar juros de forma inconstitucional", critica a auditora aposentada da Receita Federal e fundadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli.

"Está em curso uma manobra, e grande parte dos juros são contabilizados como se fossem amortizações para burlar e privilegiar o sistema financeiro. Sabem o que a PEC 241 vai fazer? Vai legalizar isso. Vai criar um teto para todos os investimentos

## CAPA

sociais. Todos os gastos sociais vão ficar sob um teto, de tal maneira que, para melhorar um pouquinho, a saúde vai ter de tirar recursos de alguma outra rubrica. Para manter a Defesa Nacional, terá de tirar de outra rubrica. O mesmo para manter o Judiciário. Isso vai transformar o Brasil numa disputa de recursos. E quem vocês acham que vai perder essa briga?", questiona Fattorelli.

**E**nquanto o governo federal coloca o foco do desarranjo nas contas públicas apenas nos gastos gerados para os mais pobres, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que uma das saídas seria atuar contra os moradores da casa-grande. Em vez de economizar com saúde e educação, o governo poderia optar por taxar as heranças.

"Existem outros espaços para crescimento da tributação direta que são muito mais importantes e podem ser compartilhados. Um deles é com os estados. Há que melhorar os impostos de transferência entre vivos e os impostos de herança com os municípios. Há que tributar mais e estabelecer alíquotas progressivas", disse Fernando Gaiger, do Ipea, ao participar de uma comissão sobre o assunto no Senado Federal.

Além dos serviços públicos, o ano de 2016 pode representar o fim das legislações trabalhistas como as conhecemos hoje. Sem alarde, integrantes da alta cúpula do Judiciário e Michel Temer tratam para que as negociações entre patrões e empregados sobre salário, jornada e benefícios passem a valer mais do que as regras definidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Isso fará com que trabalhadores de profissões menos organizadas tenham menor poder de negociação com seus empregadores. Consequentemente, salários e benefícios encolherão.



## AO CRITICAR COLEGAS DO TST, GILMAR MENDES OS ENXERGOU COMO "SOVIÉTICOS". CONTA COM O APOIO DO PROTEGIDO PRESIDENTE DO TRIBUNAL, MARTINS FILHO

Também estão em curso conversas para que a Justiça autorize a terceirização total dos serviços, já adotada hoje de forma parcial. O tema chegou a ser debatido e aprovado na Câmara dos Deputados em meados de 2015, mas foi barrado no Senado. O projeto aprova a terceirização da atividade-fim, o que serviria para baixar o custo dos trabalhadores, já que um funcionário terceirizado tem contracheque 24% menor, em média, conforme estimativas do Dieese, o departamento de estudos sindicais.

Essas negociações foram reveladas por *CartaCapital* em sua edição 924. A manobra se daria a partir de processos que tratam dos dois assuntos e aguardam para entrar na pauta do Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, o governo contaria com a colaboração de seu conselheiro informal, o ministro Gilmar Mendes. Caso o STF decida dessa forma em ambos os casos, o governo Temer

não precisaria enfrentar discussões no Congresso e, conseqüentemente, ser exposto à sociedade para aprovar as duas medidas, a bem do próprio presidente, a sofrer baixa avaliação de popularidade.

**U**m dos objetivos dessa proposta é baratear o custo do trabalhador, a fim de tentar estimular as empresas a contratar mais funcionários e baixar o índice de desemprego, atualmente em 11,8%. No fim de outubro, Mendes deu sinais claros de qual lado está quando o assunto é relações trabalhistas. O magistrado aproveitou sua participação em um seminário, que tinha como tema Soluções para Infraestrutura no Brasil, para criticar colegas do Tribunal Superior do Trabalho, e acusou o órgão de desfavorecer as empresas em suas decisões. "Esse tribunal é formado por pessoas que poderiam integrar até um

Contra a praga da terceirização, uma manifestação bastante modesta

é filho do jurista e advogado Ives Gandra Martins, que pertence ao Conselho Superior de Altos Estudos da Fiesp.

O outro braço do retrocesso é a reforma da Previdência, mais uma bandeira impopular do governo Temer. O objetivo era fazer o tema ser votado no Congresso ainda em 2016, porém, diante de apelos dos parlamentares, o Palácio do Planalto aceitou deixar o tema para ser debatido somente no ano que vem. Isso porque há receio de que as discussões contaminem a aprovação da PEC 241.

Pelo texto que teria sido elaborado pelo governo, o trabalhador brasileiro precisará ter ao menos 65 anos e contribuir por 25 deles para conseguir pedir a aposentadoria. Para ter acesso ao benefício integral, seriam necessários 50 anos de contribuição. Atualmente, os trabalhadores podem escolher se vão solicitar a aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição. No caso dos homens, é necessário ter 65 anos de idade, com 15 anos de contribuição, ou apenas 35 anos de contribuição. No caso das mulheres, a idade mínima é 60 anos e o período mínimo de trabalho para o benefício por contribuição é 30 anos.

A ideia dessa reforma também é evitar o "rombo" das contas públicas e conter os gastos com Previdência, mas, ao contrário das outras, é uma pauta conhecida dos trabalhadores e deveria enfrentar maior resistência. "Na conversa que tivemos com os aposentados em relação à situação que estava acontecendo no mundo, ficou claro para nós que os trabalhadores ativos sofrerão muito, mas muito mais sofrerão as crianças e o povo que vive no mundo, terceira e quarta idade", resumiu em audiência no Senado o aposentado Crispim Lemos Wanderley.

Se as novas regras forem aprovadas, muitos brasileiros terão dificuldade de se aposentar como Michel Temer, aos 55 anos. •

tribunal da antiga União Soviética. Salvo que lá não havia tribunal", disse, fazendo rir a plateia.

"Eu tenho a impressão de que houve aqui uma radicalização da jurisprudência no sentido de uma hiperproteção do trabalhador, tratando-o quase como dependente de tutela, em um país industrialmente desenvolvido que já tem sindicatos fortes e autônomos", acrescentou, após sua participação no evento.

Mendes encontra respaldo no presidente do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho, que tem defendido publicamente a flexibilização das leis trabalhistas. A postura provocou reações dentro do próprio tribunal. Ministros do TST divulgaram, em junho, manifesto em que defendem a manutenção das regras trabalhistas e criticam o uso da crise para a defesa da retirada de direitos dos trabalhadores. O magistrado